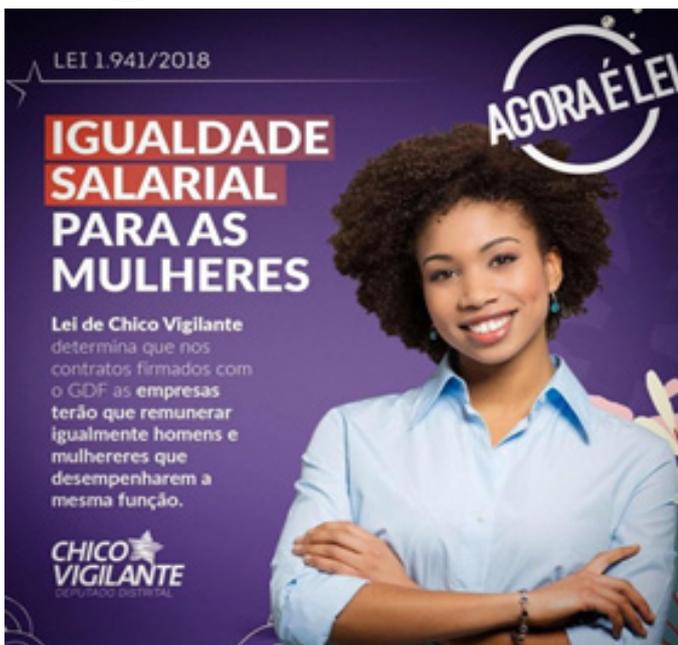


DISTRITO FEDERAL

Empresas contratadas pelo GDF terão que pagar salário igual a homens e mulheres



Empresas contratadas pelo Governo do Distrito Federal (GDF) deverão pagar salários iguais para homens e mulheres. De acordo com a proposta do deputado Chico Vigilante (PT), todas as instituições vencedoras de licitações serão obrigadas a comprovar que ministram vencimentos idênticos para trabalhadores do sexo masculino e feminino.

Além disso, o prestador de serviço contratado pelo Palácio do Buriti terá de apresentar condições de segurança para evitar assédio e abuso durante as jornadas. Caso ignore tais orientações, o contrato não poderá ser assinado.

O projeto segue para a Mesa Diretora da Casa

e, depois, será publicado no Diário Oficial do DF (DODF), uma vez que a CLDF derrubou veto do GDF sobre a matéria. Na ocasião, o Palácio do Buriti alegou vício de iniciativa.

O texto não passará por nova sanção governamental. Uma vez publicada a lei publicada no DODF, a lei começa a valer imediatamente e só poderá ser questionada pelo governo ou pelas empresas na instância judicial.

A reportagem acionou o GDF, que ainda não se manifestou sobre o tema.

Desigualdade

Como o Metrôpoles mostrou, levantamento feito no Distrito Federal pela plataforma de vagas e bolsas de estudo no ensino superior Quero Bolsa aponta que elas ganham menos do que os homens em oito das 10 ocupações selecionadas na análise.

Mesmo com a desigualdade tendo oscilado para baixo entre 2011 e 2018, a diferença salarial nas contratações ainda é grande: passou de R\$ 878,29, em 2018, para R\$ 967,65, em 2019, representando uma alta de 11,5% na capital do país

O levantamento foi realizado com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O provento médio das profissionais com ensino superior foi de R\$ 2.203,27. Isso corresponde a apenas 69,6% do salário dos homens na mesma situação, que foi de R\$ 3.166,38. É a menor proporção desde 2017.

FONTE: METROPOLES

SINDICATO ENTRA NA JUSTIÇA E CONSEGUE MAIS 25% NA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE VIGILANTE

Há três anos, a vigilante Ricleide Candeias da Silva, que era da Brasfort e prestava serviço no Zoológico, sofreu um grave acidente de carro na Bahia e diante das sequelas permanentes, se aposentou por invalidez.

Ricleide é natural de Salvador-BA e nasceu em 21/07/1978.

Por necessitar de cuidados, o Sindicato entrou com uma ação na Justiça, através do nosso advogado, Dr. Sérgio, pleiteando mais 25%, além do valor da aposentadoria. A causa foi vitoriosa e na manhã desta quarta-feira, 16/09/2020, Ricleide compareceu ao SINDESV-DF para acompanhar os trâmites legais da sua causa e dar posse aos ganhos conquistados, além de agradecer à direção

da entidade pelo empenho à sua ação na justiça, que foi acompanhada com muito compromisso por nossa assessoria jurídica.

Desejamos que a companheira Ricleide possa usufruir do benefício conquistado por muitos anos com o apoio da família e amigos.



DA ESQUERDA PARA A DIREITA: DR SÉRGIO, GILMAR RODRIGUES (SECRETÁRIO DE IMPRENSA DO SINDESV-DF) RICLEIDE CANDEIAS E PAULO QUADROS (PRESIDENTE DO SINDESV-DF)

Auxílio Família ao trabalhador: Uma conquista Sindseg-GV/ES. Um direito de todos!



O Auxílio Família ao trabalhador é uma conquista desta gestão do Sindseg-GV/ES que vem trabalhando incansavelmente em prol da categoria com um modelo inovador de gestão de benefícios conquistados na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

De acordo com Serafim, cada auxílio é direcionado para momentos específicos da vida dos trabalhadores/as e de sua família, realidade que não existia no sindicato.

“Estamos conseguindo fazer na nossa gestão com que os trabalhadores e seus familiares tenham amparo, tranquilidade e segurança nos momentos mais importantes de suas vidas. A nossa forma de administrar facilita as relações de trabalho e une forças para que todos sejam beneficiados”, afirma o presidente do sindicato, Serafim Gerson Camilo.

O presidente, diz ainda que, ao longo desta gestão, os auxílios foram pensados e desenvolvidos analisando as necessidades de

cada período da vida laboral e observando a rotina dos Vigilantes Patrimoniais, os principais envolvidos. Nunca a categoria foi tão valorizada pelo sindicato que a representa como agora.

“Eu e toda a diretoria agimos de forma rápida para facilitar a vida do trabalhador e de seus familiares sem onerar nossos cofres. O Sindseg-GV/ES tem hoje uma gestão transparente, eficaz e voltadas realmente para a categoria. Unimos nossos esforços visando a melhoria coletiva dos trabalhadores”, diz Serafim.

Conheça agora cada auxílio: <https://sindseg-es.com.br/2020/09/16/auxilio-familia-ao-trabalhador-uma-conquista-sindseg-gv-es-um-direito-de-todos/>

Fonte: Sindseg GV/ES

PAGAMENTO DE PROCESSO – ASCOP/ SESAB: CHEQUE NO SINDICATO AGUARDA POR DOIS COLEGAS



Nesta quarta-feira, 16, o Sindicato aprontou os cheques de dois colegas ex-Ascop/Sesab e já se sabe que eles são de Guanambi. No próximo sábado estes cheques serão entregues em mãos. Não esqueçam de copias dos seus

documentos (RG, CPF, prova de residência e CTPS – pagina da foto, verso e pagina do contrato Ascop).

O processo é de 2008, dez colegas estão na mesma ação, mas o recurso foi liberado apenas para os dois através de RPV – Requisição de Pequeno Valor, enquanto os demais aguarda Precatório.

Já são 12 anos de luta destes guerreiros que não esmorecem. Que vão vencer.

É luta.

É conquista para quem tem fé na luta.

PROCESSO 647.2008.12 – SINDVIGILANTES/BA X ASCOP/SESAB

- CRISTIANO DE SOUZA OLIVEIRA
- FABIANO MEIRA DE SOUZA

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

A VITORIA DE 2 EX-GUARDIÕES/BB CONTRA OS QUEBRÕES. GRANA LIBERADA

Nesta quarta-feira, 16, também ficou pronto no Sindicato os cheques para dois colegas ex-Guardiões/ Banco do Brasil. Pelos nossos dados, um é de Botuporã e outro de Ipiau. Lutam junto com seu Sindicato desde 2014 contra os quebrões pernambucanos da Guardiões e o conivente BB.

Nesta semana os colegas tem oportunidade de comemorar e usufruir da vitória, resultado de uma luta ferrenha, árdua contra os caloteiros.

Estes dois colegas já podem contatar o

Sindicato para que seus depósitos sejam realizados. Tenha em mãos o RG, CPF, prova de residência e CTPS – pagina da foto, verso e pagina do contrato Guardiões.

Parabéns!

É luta. É conquista para quem tem fé na luta.

PROCESSO 414.2014.23 – SINDVIGILANTES/BA X GUARDIÕES/BB

- FRANCISCO NOBRE MARQUES DE QUEIROZ
- OSMAR COSTA MAIA

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Após INSS anunciar retomada de perícias na quinta, associação de médicos diz que a chance é ‘zero’

Presidente do INSS diz que serviço será retomado assim que unidades passarem por inspeção e, parte delas, nesta quinta-feira. Serviço deveria ter sido retomado na segunda-feira (14)



Após reclamações de peritos, agência do INSS no DF passa por vistoria

A Associação Nacional de Médicos Peritos (ANMP) afirmou nesta quarta-feira (16) que não vai retomar os trabalhos em agências vistoriadas hoje pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O presidente do INSS, Leonardo Rolim, realizou vistorias em agências no Distrito Federal e afirmou que os atendimentos serão retomados a partir de quinta-feira (17) naquelas que forem aprovadas. Segundo ele, ao menos 151 agências em todo o país já foram vistoriadas.

A ANMP, contudo, diz que “desconhece” as inspeções realizadas nesta quarta. A entidade

acusa o INSS de adulterar o checklist de obrigações para a retomada das perícias, “flexibilizando e relativizando itens essenciais como limpeza, segurança, ventilação e equipamentos”. Esse checklist é parte de uma portaria para determinar as novas inspeções nas agências.

“Nós desconhecemos isso como vistoria. Não havia ali nenhum técnico de carreira gabaritado a emitir qualquer juízo de valor sobre os componentes da avaliação. Aquilo foi uma ‘inspeção’ política, visita de chefes a uma agência”, afirma Francisco Cardoso, vice-

presidente da ANMP.

“São vidas em jogo e isso não pode ser tratado dessa forma tosca como vimos na TV agora há pouco. Vidas humanas têm que ser respeitadas. O benefício já está sendo garantido por via remota de maneira emergencial, logo falta apenas o INSS fazer seu dever – que deixou de fazer nos seis meses fechados – e organizar as agências de forma séria para o retorno da perícia presencial”, afirma.

“A chance é zero. A essa hora não dá mais para organizar a lista de vistoria. O INSS não nos forneceu nada”, diz Cardoso.

Segundo o INSS, a ANMP foi chamada a participar das vistorias, mas não compareceu.

Visitas no DF

O INSS reabriu as agências na segunda-feira (14) após cinco meses fechadas por conta da pandemia de Covid-19. Mas o serviço de perícia médica, um dos principais, não foi retomado. As perícias são necessárias para permitir que trabalhadores recebam auxílio, retornem ao trabalho ou consigam a aposentadoria. Segundo os cálculos do INSS, cerca de sete mil pessoas podem ter sido prejudicadas na segunda-feira.

A reabertura das agências sem o serviço de perícias causou uma onda de filas e reclamações pelo país entre segunda e terça-feira, e congestionamento nos canais de atendimento digitais e telefônico do INSS.

A suspensão das perícias está relacionada a uma queda de braço entre instituto e os médicos peritos.

Os profissionais dizem que o INSS não adaptou as agências para que o serviço seja feito em segurança em meio à pandemia. O instituto diz que os profissionais estão reivindicando melhorias que não têm relação com prevenção da doença.

O vice-presidente da Associação Nacional

de Médicos Peritos (ANMP), Francisco Cardoso, afirma que não há como separar “problema relacionado à Covid-19” dos demais “problemas antigos”, pois as agências apresentaram problemas de ventilação adequada, infraestrutura de higiene – como falta de pias, de sabão, de latas de lixo e de limpeza adequada – e sem segurança na entrada.

Pagamento de benefícios

Mesmo com as agências fechadas por quase seis meses, o INSS continuou a pagar benefícios que precisam de perícia médica. De janeiro a julho deste ano, foram pagos R\$ 46,3 bilhões para os beneficiários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente. Esse valor é 14,4% maior que o pago nos mesmos meses de 2019 (total de R\$ 40,5 bilhões).

Já o número de benefícios concedidos teve queda de 4,6% – de 35,8 milhões para 34,2 milhões.

O levantamento foi feito pelo G1 nos boletins estatísticos da Previdência Social e incluem auxílio-doença e aposentadoria por invalidez previdenciário – não ligado a acidente ou doença do trabalho – e acidentário, que tem relação com acidente ou doença do trabalho; além do auxílio-acidente, benefício concedido quando a doença ocupacional ou acidente de trabalho deixam sequelas que reduzem a capacidade laboral.

Houve queda nos valores pagos apenas no auxílio-doença nos primeiros sete meses do ano em relação a 2019. A maior foi no acidentário, redução de quase 14%. Já o previdenciário teve redução de 5,1% no mesmo período.

Os demais benefícios tiveram aumento nos valores pagos. Os maiores incrementos foram no auxílio-acidente (22,7%) e na aposentadoria por invalidez previdenciária (22,2%).

FONTE: G1

INSS deve acelerar análise de benefícios para idosos e pessoas com deficiência

Por entender que a demora viola os direitos constitucionais de idosos e pessoas com deficiência, a 5ª Vara Federal de Duque de Caxias (RJ) determinou que o INSS promova e conclua, no prazo de 60 dias, um mutirão na Baixada Fluminense para a concessão dos benefícios de prestação continuada (BPC) requeridos até 3 de setembro cuja análise esteja represada há mais de 45 dias.



INSS deve promover mutirão para analisar pedidos de benefícios

O INSS também deve adotar critérios mais céleres para análise dos requisitos de concessão do benefício, destinado a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

Na ação civil pública, o Ministério Público Federal apontou que a demora na análise dos benefícios pelas agências vinculadas à Gerência Regional de Duque de Caxias já acontecia antes mesmo da epidemia de Covid-19. O MPF acompanha o quadro desde agosto do ano passado, com registro de casos em que o benefício levou um ano para ser deferido. Com a epidemia e a suspensão das perícias, a situação se agravou.

“A insistência do instituto em aplicar métodos ordinários de atendimento está impactando na sobrevivência das pessoas. É necessário simplificar e flexibilizar requisitos para permitir a concessão de benefícios, postergando a análise aprofundada para a revisão administrativa, a ser realizada ainda após o fim da pandemia”, argumentou o procurador da República Julio José Araujo Junior.

Na decisão, a 5ª Vara Federal de Duque

de Caxias ressaltou que a demora viola direitos constitucionais de idosos e pessoas com deficiência. “Mesmo com o retorno da atividade presencial do INSS, sem a adoção de mecanismos céleres e excepcionais o estoque de requerimentos de benefícios assistenciais estará fadado a uma demora inaceitável quanto ao processamento.”

Com isso, a análise deve observar os seguintes critérios: para o BPC da pessoa com deficiência, dispensa de perícia médica e utilização das informações apresentadas pelo requerente, como laudos e declarações, ou perícia virtual. Para o BPC da pessoa com deficiência e BPC-idoso, dispensa de avaliação social e utilização de declaração prestada pelo próprio beneficiário, em sistema simplificado do governo federal. Além disso, a previsão quando do termo final previsto para a concessão do benefício, de revisão administrativa do benefício, mediante a adoção de perícia médica e avaliação social, observados os direitos de defesa e o contraditório.

A Gerência Executiva do INSS de Duque de Caxias abrange as seguintes agências da Previdência Social: Belford Roxo, Duque de Caxias, Duque de Caxias/Jardim Primavera, Itaguaí, Japeri, Magé, Magé/Piabetá, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Nova Iguaçu/Square Shopping, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Santo Aleixo. Com informações da assessoria de imprensa do MPF-RJ.5007290-57.2020.4.02.5118

Fonte: Revista Consultor Jurídico

No mundo, 32 empresas aumentam lucro em R\$ 577 bilhões com a pandemia



RBA - A Oxfam Brasil mostra que a pandemia de coronavírus ampliou a desigualdade econômica global. Enquanto 400 milhões de trabalhadores perderam o emprego, as 32 empresas mais lucrativas do mundo conseguiram se blindar das consequências econômicas da covid-19 e aumentaram o lucro em até R\$ 577 bilhões a mais em 2020, considerando o período da pandemia em relação aos anos anteriores.

O relatório “Poder, Lucros e Pandemia” da entidade revela que, como muitos dos bilionários do mundo também são alguns dos maiores acionistas dessas empresas, a fortuna dos 25 mais ricos aumentou em R\$ 1,3 trilhão, só entre meados de março e final de maio.

Em contrapartida, essas empresas não compensaram esse aumento em seus lucros pagando mais impostos ou ampliando atividades filantrópicas e doações. De acordo com a estimativa da Oxfam, as doações feitas pelas maiores empresas do mundo durante a pandemia da covid-19 representaram, em média, 0,32% da sua receita operacional em

2019.

O relatório aponta que se cobrasse uma tributação sobre esse lucro na pandemia, o valor cobriria todos os custos de testagem e produção de vacinas para todas as pessoas do planeta. “Um imposto sobre lucros durante a pandemia, no estilo do adotado durante a Segunda Guerra Mundial, geraria bilhões de dólares. Considerando apenas as 32 empresas globais que mais estão lucrando com o coronavírus, estima-se que poderiam ser geradas receitas de R\$ 551 bilhões, em 2020, para fazer frente ao vírus.”

Distribuição de lucros

Para a Oxfam, a distribuição excessiva de lucros e dividendos a acionistas, antes da crise, deixou empresas, trabalhadores e governos vulneráveis ao choque da pandemia. Ou seja, uma reserva financeira protegeria empregos e ajustaria modelos de negócios.

Os acionistas ainda mantiveram esse repasse de lucros após a eclosão da pandemia. A entidade levantou os relatórios financeiros das

empresas Microsoft e Google, que distribuíram mais de R\$ 111 bilhões e R\$ 79 bilhões aos seus acionistas, respectivamente.

O fundador da Amazon, Jeff Bezos, aumentou seu patrimônio líquido em R\$ 69 bilhões, em apenas um dia, durante a pandemia. Apesar da crise econômica mundial, ele aumentou sua fortuna de R\$ 392 bilhões para um pouco mais de R\$ 1 trilhão, apenas em 2020.

Levantamento da Oxfam mostra que Bezos poderia pagar a cada um de seus 876 mil funcionários da Amazon um bônus de mais de R\$ 530 mil, e ainda seria tão rico quanto era antes da pandemia de covid-19.

Zero mudanças

Enquanto a pandemia provocou e incentivou novos modelos de negócios, a Oxfam alerta que poucas mudanças significativas estão sendo implementadas a partir dos escritórios dos executivos e “expõe a lacuna entre o

compromisso e prática”.

Em mais de 100 casos em todo o mundo, as empresas continuam distribuindo lucros e dividendos a acionistas, mantêm programas de remuneração de executivos e continuam a demitir trabalhadores. Além disso, fazem lobby junto a governos pela desregulação de proteções ambientais, fiscais e sociais.

“A discrepância observada nos impactos econômicos da covid-19 não é resultado do acaso, e sim de um modelo econômico que gera lucros para os ricos enquanto extrai valor de muitos. A pandemia não gerou as atuais injustiças econômicas, raciais e de gênero: ela as expôs e ampliou”, acrescenta o relatório.

Link para ver o documento completo: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1599751979Poder_Lucros_e_a_Pandemia_-_completo_editado_-_pt-BR.pdf

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

Bolsonaro recua e proíbe subordinados de falar sobre Renda Brasil

COE dos funcionários cobra quebra de compromisso do banco e inicia campanha para denunciar as demissões



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu nesta terça-feira (15) com representantes do banco para protestar contra as demissões que ocorreram em várias cidades. Os desligamentos contrariam o

compromisso da direção do Itaú de não demitir durante a pandemia do coronavírus (Covid-19). Foram 130 demissões somente na área de Veículos, além de outras que ocorrem nas agências. Os representantes do Itaú disseram inicialmente que os desligamentos ocorreram na área de Veículos. No entanto, membros da COE afirmaram que também foram registradas demissões em agências, fato admitido pelo banco.

O Itaú teve um lucro de R\$ 28 bilhões no ano o passado, desenvolve uma campanha para mostrar seu lado humano na pandemia, mas demite funcionários durante a maior crise sanitária vivida pelo país nos últimos 100 anos. “Eles têm gordura financeira para segurar

seus funcionários. Fomos pegos de surpresa nesse momento crítico. Não cumpriram o compromisso de não demitir na pandemia. Queremos que o banco reveja essas demissões e discuta a realocação desses funcionários”, afirmou Jair Alves, coordenador da COE do Itaú.

Campanha

Mesmo reafirmando a importância do diálogo na mesa de negociações, os membros da COE decidiram reforçar o diálogo com os funcionários do banco e preparar uma campanha para denunciar as demissões no Itaú. A denúncia da quebra do compromisso será divulgada nas redes sociais. Nesta terça-feira (15) houve um primeiro ensaio da campanha com um tuitaço às 14h, uma hora antes da reunião da COE com os representantes do banco. A hashtag digitada para protestar contra as demissões era #ItaúPareDeDemitir.

Na reunião com a COE, os representantes do Itaú informaram que realocaram 70% dos funcionários da área de veículos que inicialmente iriam ser demitidos. Os membros da COE cobraram mais transparência nos

números de funcionários a serem atingidos pelas mudanças e que todos, e não apenas 70%, sejam realocados em outras áreas da instituição.

Porém, as demissões não ficaram restritas à área de Veículos. “Essas demissões vêm ocorrendo no Brasil todo, principalmente, nos cargos de gerência. Tivemos também demissões de caixa dentro de agências”, completou Jair Alves. Também foi levantado pela COE Itaú que o banco está demitindo companheiros adoecidos e até mesmo outros que tinham recebido prêmios por bom desempenho. Membros da COE cobraram que o banco realize exames demissionais criteriosos.

Jair Alves disse que os desligamentos também levantam a questão da volta das homologações serem feitas nos sindicatos da categoria. Esse será um dos pontos a serem discutidos nas próximas reuniões da COE com os representantes do banco onde o debate central será o das demissões durante a pandemia.

Fonte: **Contraf**



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF